

O SAHEL NO CONTEXTO DA SEGURANÇA EUROPEIA

ANA SANTOS PINTO

A importância da região do Sahel, no contexto da segurança do Sul do Mediterrâneo, tem vindo a afirmar-se ao longo da última década. Na sequência dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 e das alterações nas dinâmicas de segurança internacional, o Sahel apresenta-se como um cenário privilegiado para diversas ameaças e riscos assimétricos. Com a intervenção da NATO na Líbia, em 2011, e a operação militar francesa no Mali, em 2013, aquela que é caracterizada como uma das áreas mais pobres do mundo transformou-se num polo de instabilidade crescente, com consequências que atingem a Europa, o Magrebe e as costas da África ocidental.

P 2

ÁRTICO, ATORES E ESTRATÉGIAS

JORGE LOPES DA FONSECA

O Ártico é uma região muito afetada pelas mudanças climáticas. As alterações que se observam estão a decorrer de uma forma mais rápida e mais severa do que o observado noutras partes do mundo.

À medida que a camada de gelo recua, novas oportunidades vão surgindo, especialmente económicas, mas também novos desafios, senão ameaças, à segurança da região, sendo cada vez maior o número de Estados e outros atores a declarar os seus interesses.

Perante esta situação todos os oito estados do Conselho do Ártico, Canadá, Reino da Dinamarca incluindo a Gronelândia e as ilhas Faroé, Finlândia, Islândia, Noruega, Rússia, Suécia e os Estados Unidos da América estão a responder a estas mudanças definindo e/ou redefinindo as suas políticas e interesses nacionais bem como a sua posição e papel na região ártica.

P 7

O SAHEL NO CONTEXTO DA SEGURANÇA EUROPEIA

ANA SANTOS PINTO

Investigadora do IDN e docente da FCSH-UNL

INTRODUÇÃO

A importância da região do Sahel¹, no contexto da segurança do Sul do Mediterrâneo, tem vindo a afirmar-se ao longo da última década. Na sequência dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 e das alterações nas dinâmicas de segurança internacional, o Sahel apresenta-se como um cenário privilegiado para diversas ameaças e riscos assimétricos, designadamente: contrabando; tráfico de seres humanos; terrorismo; extremismo violento; conflitos étnicos; instituições frágeis ou mesmo ausência da autoridade do Estado; insegurança alimentar e degradação ambiental (Antil, 2011). Posteriormente, com a intervenção da NATO na Líbia, em 2011, e a operação militar francesa no Mali, em 2013, aquela que é caracterizada como uma das áreas mais pobres do mundo transformou-se num polo de instabilidade crescente, com consequências que atingem a Europa, o Magrebe e as costas da África ocidental.

O Sahel caracteriza-se como um espaço de “transição” (Cristiani, 2014: 1) ecológica, cultural e política, que divide o Norte de África do espaço subsariano. As características geográficas, marcadas por extensas zonas áridas, promovem o constante movimento de populações, muitas das quais de origem nómada, verificando-se ainda um crescimento exponencial da população – que se prevê duplicar a cada duas décadas. Acresce a existência

de uma pluralidade de grupos étnicos – sejam árabes, tuaregues ou oriundos da África subsariana – cujas tensões contribuem para uma crescente conflitualidade, agravada pela fragilidade – ou mesmo ausência – de instituições estatais com capacidade para exercer soberania na totalidade dos respetivos territórios. Assim, a região caracteriza-se pelo exercício de dinâmicas de poder entre aqueles que dominam parcelas do território, de acordo com lealdades locais ou tribais, oferecendo resistência à autoridade do Estado, esta última muitas vezes limitada à capital política (*Ibidem*).

A este cenário complexo, acrescem as dinâmicas políticas e de segurança em curso no Norte de África, em particular as decorrentes da intervenção militar da Aliança Atlântica na Líbia, desencadeada em março de 2011. Desde logo, porque o colapso do regime dominado por Muammar Khadafi teve um impacto significativo na vizinhança a sul, pela dependência económica promovida pelo governo líbio – sustentado nas receitas oriundas da exploração de recursos energéticos – face aos Estados do Sahel, confrontados com situações generalizadas de pobreza extrema. Em segundo lugar, porque os grupos de mercenários oriundos do Sahel e da África subsariana, até então ao serviço do regime líbio, dispersaram com destino aos seus territórios de origem, muitos dos quais passaram a incluir as fileiras de grupos rebeldes, de que é exemplo o

Movimento Nacional para a Libertação de Azawad (MNLA)². Finalmente, porque o vazio de poder decorrente da queda do regime sediado em Trípoli promoveu a dispersão e tráfico de armamento, até então detido pelas forças leais a Muammar Khadafi, não só pelos territórios contíguos mas também por outras áreas regionais, como o Médio Oriente. Também os Estados do Norte de África, e com particular destaque para a Argélia, são afetados pelas dinâmicas de instabilidade no Sahel. As milícias ligadas à designada Al-Qaeda no Magreb Islâmico (AQMI)³ têm vindo a operar no norte da Mauritânia, Mali, Níger e no sul da Argélia, através do sequestro de cidadãos estrangeiros, ataques a infraestruturas de exploração de recursos energéticos, redes de contrabando e tráficos diversos – designadamente droga e armamento – associando, assim, as motivações políticas ou religiosas à criminalidade organizada, como forma de financiamento das suas atividades. Apresentando-se como um dos principais alvos das ações da AQMI, e considerando a experiência adquirida durante a guerra civil, a Argélia tem procurado assumir a liderança regional na luta contra os movimentos extremistas, numa abordagem exclusivamente militar, tal como demonstra a criação do Comando Militar Conjunto⁴ que inclui a Argélia, o Mali, a Mauritânia e o Níger. Porém, e conforme referem alguns analistas, iniciativas regionais desta natureza são, frequentemente, prejudicadas pelo receio da Argélia em que os seus parceiros operem de forma independente e em detrimento dos interesses argelinos (Ammour, 2012), condicionando assim as iniciativas de cooperação sub-regional.

A CRISE NO MALI

Em janeiro de 2012, o Movimento Nacional para a Libertação de Azawad (MNLA) assumiu o controlo das cidades da zona norte do Mali iniciando um novo ciclo da luta pela autodeterminação da região, há muito pretendida pelos movimentos tuaregues. Perante a fragilidade demonstrada pelas Forças

Armadas do Mali e o descrédito da população face às autoridades estatais, incapazes de exercer soberania em vastas áreas do território, o conflito culminou num golpe de estado realizado em março de 2012, que derrubou o governo em Bamako. Nos meses seguintes, sucederam-se os combates envolvendo grupos tuaregues e islamitas – designadamente o Movimento Ansar Dine e Movimento para a Unidade e Jihad na África Ocidental (MUJAO) – que ao agirem em coordenação com a AQMI permitiram a esta rede utilizar o Mali como base operacional (Vogler, 2012).

Face à crescente violência e à perda de controlo de cerca de dois terços do território, a 11 de janeiro de 2013 o governo do Mali solicitou apoio à França – antiga potência colonial – com o objetivo de deter o avanço dos grupos terroristas no norte do país, na sequência do qual foi desencadeada a Operação Serval, que implicou a mobilização de mais de 5.000 militares franceses para território maliano (Ministère de la Défense de la République Française, 2013). Esta operação, desenvolvida no quadro da resolução 2085 do Conselho de Segurança da ONU (United Nations, 2012)⁵, contou com o apoio de vários parceiros africanos, europeus e dos EUA, não estando, porém, isenta de críticas. Em primeiro lugar, porque suscitava os receios de um regresso de uma relação neocolonial entre a França e as suas antigas colónias no continente africano (designada *Françafrique*), sustentada em interesses políticos e económicos, como a exploração de jazidas de urânio no Mali. Em segundo lugar, porque poderia ser entendida como uma “nova aventura do Ocidente em terras do Islão” (Frachon, 2013), o que acentuaria as contestações na opinião pública árabe-muçulmana e promoveria novas ações de grupos extremistas, como a Al-Qaeda, direcionadas a interesses ocidentais e, em particular, franceses. Finalmente, porque esta seria mais uma intervenção militar cujas consequências seriam difíceis de prever e cuja eficácia ficaria sempre dependente de uma estratégia de

longo-prazo, orientada para o reforço das capacidades das instituições estatais do Mali.

A par da operação militar francesa foi criada a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização no Mali (MINUSMA), em abril de 2013, com o objetivo de apoiar o processo político e realizar atividades de estabilização naquele país do Sahel (United Nations, s. d.). Um ano após o início da Operação Serval a capacidade dos movimentos rebeldes diminuiu significativamente, as suas principais bases operacionais foram destruídas e realizaram-se eleições presidenciais e legislativas, no Mali, em condições consideradas adequadas pelos observadores internacionais.

Porém, diversos desafios permanecem: em primeiro lugar, o ataque aos grupos rebeldes levou à sua disseminação pelos países vizinhos, designadamente o Níger; em segundo lugar, as instituições estatais no Mali – designadamente ao nível das forças armadas, forças de segurança e aparelho judicial – permanecem extremamente frágeis, exigindo um esforço de capacitação significativo, o que implica um empenhamento a médio/longo-prazo por parte da comunidade internacional; por fim, porque os desafios políticos, económicos e sociais mantêm-se, não só ao nível da necessidade de melhoria das condições socioeconómicas da população, mas também do reconhecimento, por parte dos cidadãos, da autoridade e legitimidade das instituições estatais, em muito prejudicadas ao longo dos últimos anos por práticas de corrupção e incapacidade do Estado em exercer soberania em vastas áreas do seu território.

Para todos estes desafios será necessário um empenhamento nacional – face à necessidade de conciliação dos diversos atores internos – mas também regional e internacional, ao nível bilateral e multilateral.

INSTABILIDADE NO SAHEL: QUE RESPOSTA INTERNACIONAL?

Face aos desafios colocados pelo contexto económico, político e de segurança na região do Sahel, a comunidade internacional tem procurado desenvolver, ao longo dos últimos anos, um conjunto de instrumentos orientados para as diferentes necessidades identificadas, embora com abordagens distintas.

Para além da operacionalização da MINUSMA, a ONU tem privilegiado uma abordagem baseada na ajuda humanitária e de emergência às populações sahelianas. Neste sentido, o Gabinete das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (UNOCHA) desenvolveu um plano trienal (2014-2016) para a região do Sahel (United Nations, 2014), que prevê a disponibilização de cerca de dois mil milhões de dólares para ajuda humanitária a mais de 20 milhões de pessoas, onde se incluem projetos de segurança alimentar, proteção em situações de conflito e violência e apoio a refugiados e deslocados internos. Foram, ainda, desenvolvidos planos estratégicos para cada um dos estados da região, considerando as suas especificidades e necessidades particulares. Já os EUA, ao longo da última década, têm vindo a encarar o Sahel no contexto da abordagem da luta contra o terrorismo. Após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, e perante a presença da AQMI na região, os EUA desenvolveram a Pan-Sahel Initiative, em novembro de 2002 – da responsabilidade do Gabinete de Contra-Terrorismo do Departamento de Estado norte-americano –, que visava apoiar o Mali, Níger, Chade e Mauritânia na deteção e resposta a movimentos suspeitos de pessoas e bens entre e dentro das fronteiras dos seus territórios, através de formação, disponibilização de equipamento e ações de cooperação (U. S. Department of State, 2002). Esta iniciativa foi, posteriormente, substituída pela Trans-Saharan Counterterrorism Partnership (TSCTP) (U. S. Department of State, s. d.), desenvolvida em 2005, e que combina

instrumentos civis e militares de apoio aos governos da região do Sahel no combate ao terrorismo, e complementada pela criação do Comando dos EUA para África (AFRICOM), estabelecido em 2007⁶. Finalmente, a União Europeia aprovou, em 2011, a Estratégia para a Segurança e Desenvolvimento do Sahel (European Union External Action, s. d. a), particularmente orientada para a cooperação com a Mauritânia, Mali e Níger. Este mecanismo assenta em quatro pilares de ação fundamentais: governação, desenvolvimento e resolução de conflitos; coordenação política regional; segurança e primado da lei; e prevenção e luta contra o extremismo violento e a radicalização. Neste sentido, a UE definiu um conjunto de objetivos de médio e longo-prazo, para o cumprimento dos quais disponibiliza um financiamento que pode ascender a 1,28 mil milhões de euros (European Defence Agency, 2014)⁷. Tratam-se de objetivos ambiciosos já que, a médio-prazo (três anos), se pretende: (i) melhorar o acesso das populações a serviços básicos (infraestruturas, condições gerais de vida, educação, serviços sociais), bem como a oportunidades económicas e educativas; (ii) reduzir atentados terroristas e raptos, limitando as capacidades da AQMI; (iii) contribuir para a luta contra a corrupção, apoio à implementação de acordos de paz, sensibilização e formação das elites locais, por forma a melhor compreender e reagir às ameaças de terrorismo e ao crime organizado; e (iv) aumentar a confiança nas autoridades locais e estaduais. A longo-prazo (5 a 10 anos), a UE visa reforçar a estabilidade política, segurança, boa governação, coesão social, oportunidades económicas e educativas na região do Sahel, no sentido de estabelecer condições para o desenvolvimento sustentável, local e nacional, por forma a que este espaço deixe de se constituir um refúgio da AQMI e redes criminosas e, no mesmo sentido, procurará auxiliar a mitigar tensões internas, incluindo desafios resultantes do extremismo violento promovido pela AQMI e outros grupos criminosos (European Union

External Action, s. d. a)⁸.

Na sequência dos desenvolvimentos de segurança na região, a União Europeia criou, ainda, duas missões no quadro da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD). Em agosto de 2012, foi criada a missão civil EUCAP SAHEL Niger (European Union External Action, s. d. b), com o objetivo de fornecer aconselhamento e formação às autoridades do Níger no apoio ao reforço de capacidades de combate ao terrorismo e crime organizado. Esta missão dispõe de cerca de 50 especialistas internacionais, na maioria oriundos de forças de segurança e departamentos de justiça dos Estados-membros da UE, sediados em Niamey, e de oficiais de ligação no Mali e na Mauritânia. Posteriormente, em fevereiro de 2013, foi criada a EU Training Mission Mali (EUTM Mali), que conta com a participação de 23 Estados-membros e visa restaurar a ordem constitucional e democrática no Mali, bem como ajudar as autoridades do país a exercer plenamente a sua soberania sobre a totalidade do território e neutralizar o crime organizado e as ameaças terroristas. Para tal, a missão fornece *know-how* e aconselhamento às autoridades nacionais, em particular no que diz respeito ao comando operacional, estrutura orgânica, apoio logístico, recursos humanos, preparação operacional e de *intelligence*, bem como treino a unidades de combate. Ainda no quadro do apoio ao Mali, a UE está a preparar uma nova missão, complementar, que visa apoiar a reforma do setor de segurança naquele país. Face à evolução das diversas iniciativas europeias e internacionais e considerando os desenvolvimentos na região, na avaliação da implementação da Estratégia para a Segurança e Desenvolvimento do Sahel, o Conselho da UE, realizado em março de 2014, determinou a criação de um plano regional para coordenação de iniciativas futuras da responsabilidade do Serviço de Ação Externa da UE, do Representante Especial da União para o Sahel e da Comissão Europeia (European Union External Action, s. d. a)⁹.

Os desafios políticos, de segurança, económicos e sociais que se confronta a região do Sahel, e cujo impacto excede, amplamente, este espaço geográfico – incluindo a Europa, o Magrebe e a África subsaariana – exigem uma abordagem abrangente e um empenhamento concertado dos diversos atores regionais e internacionais. Este desafio coloca-se com particular acuidade à União Europeia, por se tratar de uma região que compõe a sua vizinhança próxima, cujas dinâmicas de segurança têm um “impacto direto nos interesses dos cidadãos europeus” (European Union External Action, s. d. a)¹⁰. Tal verifica-se não só ao nível dos fluxos migratórios, mas também dos inúmeros tráficos (em particular de seres humanos e armamento), redes de criminalidade organizada e movimentos extremistas violentos, que desenvolvem ações concertadas associando motivações políticas ou religiosas à criminalidade organizada, como forma de financiamento para a prossecução dos seus objetivos.

A complexidade das diversas estruturas sociais presentes na região – de caráter étnico ou tribal – agravada pelas situações de pobreza extrema, pela ausência de Estados com capacidade de exercício pleno da sua soberania, na totalidade dos seus territórios, e a desconfiança da população face às instituições estatais – em virtude de práticas de corrupção e ineficácia da ação do Estado – tornam o Sahel um desafio premente à segurança europeia e internacional. Neste contexto, o *nexus* entre estratégias de desenvolvimento – político, económico e social – e promoção da segurança, há muito defendido pela União Europeia, adquire particular importância. Importa, porém, avaliar se a UE dispõe dos instrumentos de resposta adequados e os consegue acionar e implementar, em tempo útil, ultrapassando dos problemas de coordenação interna – designadamente entre o Serviço de Ação Externa, a Comissão e os Estados-membros – e agindo de forma concertada com outros atores regionais e internacionais, como os Estados africanos,

os EUA ou as diversas agências da ONU presentes na região. Trata-se de um desafio premente, mas que exige um empenhamento de médio/longo-prazo, que uma vez mais testará a capacidade da UE em garantir a sua segurança na vizinhança próxima e constituir-se como um ator credível no sistema internacional.

NOTAS

¹ A região do Sahel pode ser geograficamente definida como a faixa de território que separa o Magrebe da África subsaariana, ligando a costa atlântica ao Mar Vermelho, e que inclui – total ou parcialmente – Estados como o Senegal, Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger, Nigéria, Chade, Sudão, Etiópia, Eritreia, Djibuti e Somália.

² O Movimento Nacional para a Libertação de Azawad (MNL), formalmente criado em outubro de 2011, é constituído por grupos rebeldes tuaregues com o objetivo de lutar pela autodeterminação da região de Azawad, localizada a zona norte do Mali.

³ A Al-Qaeda no Magreb Islâmico é uma organização de militantes jihadistas, de matriz salafita, que opera nas regiões do Saara e Sahel. As origens deste movimento são, muitas vezes, remetidas para o Grupo Islâmico Armado (GIA) e Grupo Salafista para Pregação e Combate, que lutaram na guerra civil argelina na década de 1990.

⁴ Este Comando Militar Conjunto foi criado em Tamanrasset, na Argélia, em abril de 2010, com o objetivo de implementar um novo plano de segurança regional, com forças conjuntas de monitorização que se esperava viessem a totalizar 75 mil elementos.

⁵ Aprovada, por unanimidade a 20 de dezembro de 2012. Consultar United Nations (2012), Security Council, Department of Public Information.

⁶ Cf. United States Africa Command [website], disponível em <http://www.africom.mil>.

⁷ Discurso da Alta Representante da UE para a Política Externa e de Segurança, Catherine Ashton, realizado por ocasião da Conferência Anual da Agência Europeia de Defesa, em Bruxelas a 27 de março de 2014. Consultar European Defence Agency (2014).

⁸ Ver Estratégia da UE para a Segurança e Desenvolvimento no Sahel, consultar European Union External Action (s. d. a).

⁹ Ver, Conselho da UE, *Council conclusions on implementation of the EU Strategy for Security and Development in the Sahel*, Bruxelas 17 de março de 2014. Consultar European Union External Action (s. d. a).

¹⁰ Ver, Estratégia da UE para a Segurança e Desenvolvimento no Sahel. Consultar European Union External Action (s. d. a).

BIBLIOGRAFIA

Ammour, Laurence Aïda (2012). “Cooperação em Questões de Segurança Regional no Magreb e no Sahel: A Ambivalência Fundamental da Argélia”, *ACSS Africa Security Briefs*, No. 18, fevereiro 2012, Centro de Estudos Estratégicos de África. [online] Disponível em <http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Publications/Detail/?id=139742&lng=en>.

Antil, Alain (2011). “Le Sahel: Une Zone Grise aux Portes du Maghreb”, em Khadija Mohsen-Finan (ed.), *Le Maghreb dans les Relations Internationales*. Paris: Editions CNR, pp. 291-308.

Cristiani, Danio (2014). “The Sahelian Crisis and the Arab Spring”, em Andrea Dessi et al, *Africa and the Mediterranean - Evolving Security Dynamics after the Arab Uprisings*. Washington: GMF, Mediterranean Paper Series.

European Defence Agency (2014). “European Defence Matters: Keynote Speech by Catherine Ashton”, *European Defence Agency* [online], 28 March, 2014, Brussels. Disponível em <http://www>.

eda.europa.eu/info-hub/news/2014/03/28/european-defence-matters-keynote-speech-by-catherine-ashton.

European Union External Action (s. d. a). "Sahel", *European Union* [online]. Disponível em http://eeas.europa.eu/crisis-response/where-we-work/sahel/index_en.htm.

European Union External Action (s. d. b). "EUCAP SAHEL Niger", *European Union* [online]. Mission Description. Disponível em http://www.eeas.europa.eu/csdp/missions-and-operations/eucap-sahel-niger/index_en.htm.

Frachon, Alain (2013). "'Opération Serval' au Mali ou le Choix du Moindre Mal", *Le Monde* [online], 14 de janeiro de 2013. Disponível em http://www.lemonde.fr/idees/article/2013/01/14/serval-ou-le-choix-du-moindre-mal_1816600_3232.html

Ministère de la Défense de la République Française (2013). "Présentation de l'opération", *Ministère de la Défense* [online], 25/10/2013. Disponível em <http://www.defense.gouv.fr/operations/mali/dossier/presentation-de-l-operation>

U. S. Department of State (2002). "Pan Sahel Initiative", *U. S. Department of State* [online], Archive, Office of Counterterrorism, Washington, DC, November 7, 2002. Disponível em <http://2001-2009.state.gov/s/ct/rls/other/14987.htm>.

U. S. Department of State (s. d.). "Programs and Initiatives: Trans-Saharan Counterterrorism Partnership (TSCTP)", *U. S. Department of State* [online]. Disponível em <http://www.state.gov/j/ct/programs/index.htm#TSCTP>.

United Nations (2012). "Security Council Authorizes Deployment of African-led International Support Mission in Mali for Initial Year-Long Period", *United Nations* [online], Security Council SC/10870, Resolution 2085 (2012). Disponível em <http://www.un.org/News/Press/docs/2012/sc10870.doc.htm>.

United Nations (2014). "Sahel Humanitarian

Response Plan 2014-2016", *United Nations* [online], UNOCHA-United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, 3 February 2014. Disponível em <http://unocha.org/cap/appeals/sahel-humanitarian-response-plan2014-2016>.

United Nations (s. d.). "MINUSMA - United Nations Stabilization Mission in Mali", *United Nations* [online], MINUSMA - United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali. Disponível em <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minusma/background.shtml>

Vogler, Sarah (2012). *Security Challenges in Libya and the Sahel*. CNA Workshop Report, December 2012. [online] Disponível em https://www.cna.org/sites/default/files/research/Libya_Sahel_Security_Workshop.pdf

ÁRTICO, ATORES E ESTRATÉGIAS

JORGE LOPES DA FONSECA

Capitão-de-mar-e-guerra, assessor de estudos e investigador do Instituto da Defesa Nacional

O Ártico é uma região muito afetada pelas mudanças climáticas. As alterações que se observam estão a decorrer de uma forma mais rápida e mais severa do que o observado noutras partes do mundo.

À medida que a camada de gelo recua, novas oportunidades vão surgindo, especialmente económicas, mas também novos desafios, senão ameaças, à segurança da região, sendo cada vez maior o número de Estados e outros atores a declarar os seus interesses.

Existe a expectativa de um *boom* comercial nesta região, como resultado de uma possível ou maior acessibilidade às expectáveis e abundantes riquezas naturais bem como à abertura de novas e aparentemente atraentes rotas marítimas.

Perante esta situação todos os oito estados do Conselho do Ártico, Canadá, Reino da Dinamarca que inclui a Gronelândia e as ilhas Faroé, Finlândia, Islândia, Noruega, Rússia, Suécia e Estados Unidos da América estão a responder a estas mudanças definindo e/ou redefinindo as suas políticas e interesses nacionais bem como a sua posição e papel na região ártica.

CANADÁ

O Canadá considera a região como sendo de interesse vital. O governo canadiano publicou a sua estratégia para o Ártico em 2009, o *Canada's*

*Northern Strategy, Our North, Our Heritage, Our Future: Canada's Northern Strategy*¹, e que assenta em quatro pilares:

1. Exercer a soberania canadiana, no Ártico;
2. Promover o desenvolvimento económico e social;
3. Proteger o património ambiental;
4. Melhorar e devolver a governação da região, de modo que, os habitantes locais tenham maior influência no seu próprio destino.

Este documento realça a importância desta nação em exercer os seus direitos de soberania e proteger o seu território. Para esse fim, o governo canadiano quer manter uma forte presença na região e garantir a capacidade e aptidão para a defender, inclusive, por meios militares.

Outro fator importante da estratégia canadiana é a cooperação e o direito internacional. Apesar de ter algumas disputas não resolvidas com outros Estados do Ártico – tem desacordos com os EUA acerca da passagem a noroeste e mantém um desentendimento com a Rússia sobre a cadeia montanhosa submarina de Lomonosov Ridge –, considera no entanto que não enfrenta nenhuma ameaça militar.

A Declaração de Ilulissat², de 2008, é usada como um exemplo nesse contexto, em que os cinco países do litoral se comprometeram na resolução

pacífica de todas as reivindicações, especialmente, através da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM)³. No entanto, é evidente que o Canadá aspira a estar entre as grandes potências da região. A estratégia preconizada enfatiza a sua boa relação com os EUA e também uma melhoria na sua relação com a Rússia. Na área ambiental tenta assegurar que a sua proteção se mantém a par com o seu desenvolvimento e que decisões futuras sobre o desenvolvimento económico e social são baseadas em dados científicos sólidos e depois de uma cuidadosa avaliação. O Canadá quer criar modelos práticos, inovadores e eficientes de governança na região Norte transferindo para este território responsabilidades, especialmente, nas áreas da educação, saúde e serviços sociais.

DINAMARCA/GROENLÂNDIA/ILHAS FAROÉ

A estratégia do Reino da Dinamarca para o Ártico foi adotada pelos governos da Dinamarca, das Ilhas Faroé e da Gronelândia, em agosto de 2011, através da *Denmark, Greenland and the Faroe Islands: Kingdom of Denmark Strategy for the Arctic 2011-2020*⁴.

Esta estratégia pretende responder a várias questões: "como lidar com as consequências do degelo? Como usar os recursos do Ártico – petróleo, gás e minerais? Como se pode, ao mesmo tempo, proteger a natureza frágil do Ártico e o meio ambiente? Como garantir a segurança de navegação nas águas do Ártico, que está a aumentar à medida que o gelo derrete? E como garantir as condições de vida dos povos do Ártico?"⁵.

O professor Lassi Heininen, da University of Lapland, considera que a estratégia tem uma perspetiva global clara e dois objetivos políticos principais: em primeiro lugar, reagir e responder a uma mudança significativa ambiental e geopolítica no Ártico e ao crescente interesse global na região e, em segundo, redefinir a posição e fortalecer o status do Reino da Dinamarca como um importante jogador.

As áreas prioritárias e as principais tarefas são:

(i) reforçar a segurança marítima e a soberania de acordo com o direito internacional, em particular a CNUDM e a cooperação pacífica internacional; (ii) exploração de recursos minerais sob os mais altos padrões internacionais aumentando o uso de fontes de energia renováveis, exploração de recursos vivos de forma sustentável, explorar as novas oportunidades económicas no Ártico – em estreita cooperação com a indústria –, manter um papel de liderança internacional na investigação nesta zona e promover a cooperação ártica em termos de sustentabilidade social; (iii) administrar o ambiente natural do Ártico com base na melhor informação científica; e, finalmente, (iv) dar prioridade à cooperação global e reforçar a cooperação no Conselho do Ártico⁶ e no "Ártico 5"⁷.

A estratégia assim definida, pretende, por um lado, reforçar a nova posição da Gronelândia no seu *status* como uma entidade *self-governing* e (re) definir uma nova posição do Reino da Dinamarca no Ártico como um "player global" e, por outro lado, reagir e responder às recentes mudanças ambientais, geopolíticas e geoeconómicas, bem como ao crescente interesse mundial, na região do Ártico.

FINLÂNDIA

A Finlândia atualizou a sua estratégia para o Ártico, em agosto de 2013, através da *Finland's Strategy for the Arctic Region 2013*⁸.

Subjacente a esta revisão, está a consciência do aumento da sua importância na região e uma percepção, cada vez maior, de que como país do Ártico e possuindo uma experiência diversificada nestas condições extremas tem todo o interesse em estar envolvido no seu desenvolvimento. A nova estratégia reflete assim o modo como atingir essas ambições. Esta nova estratégia visa reforçar a sua posição na região ártica com foco na criação de novas oportunidades de negócios, no ambiente, na segurança e estabilidade para a região, na posição privilegiada das suas zonas a norte, na cooperação internacional

e no aproveitamento da sua experiência.

Esta estratégia será implementada através de medidas específicas para cada setor de acordo com as disponibilidades financeiras do Estado finlandês. A indústria finlandesa e as organizações públicas poderão participar no seu financiamento. O financiamento da UE será destinado aos projetos sujeitos a programas da UE e nas condições estabelecidas para o apoio da UE.

ISLÂNDIA

A Islândia é o único país inteiramente situado dentro dos limites territoriais desta região, de acordo com a definição do Conselho do Ártico. Não definiu uma estratégia mas aprovou, por unanimidade, em março de 2011, uma resolução parlamentar sobre a sua política para o Ártico. Esta resolução abrange os doze seguintes princípios:

(i) Promover e fortalecer o Conselho do Ártico; (ii) assegurar a posição da Islândia como um Estado costeiro dentro do Ártico, influenciando o seu desenvolvimento; (iii) promoção do conceito de que a região do Ártico se estende tanto para o Pólo Norte como para a área do Atlântico Norte ao qual está intimamente ligado; (iv) resolução dos diferendos, no Ártico, usando a CNUDM; (v) aumentar a cooperação com as Ilhas Faroé e Gronelândia para promover os interesses dos três países; (vi) apoiar os direitos indígenas no Ártico; (vii) cooperar com outros Estados e as partes interessadas sobre as questões relacionadas com os interesses islandeses no Ártico; (viii) utilização de todos os meios para prevenir as mudanças climáticas, provocadas pelo fator humano e, os seus efeitos, a fim de melhorar o bem-estar dos habitantes do Ártico; (ix) salvaguardar os interesses de segurança através de meios civis e trabalhar contra qualquer hipótese de militarização do Ártico; (x) aumentar as relações comerciais entre os Estados do Ártico; (xi) aumentar o conhecimento dos islandeses acerca das questões do Ártico e promover a Islândia, no exterior, como um espaço de discussão do Ártico;

(xii) aumentar as consultas e a cooperação a nível nacional sobre as questões do Ártico.

NORUEGA

A Noruega publicou uma estratégia, em 2006¹⁰, onde se reconhece a crescente importância dada à sua região do High North. Na opinião da professora Kristine Offerdal, investigadora no Norwegian Institute for Defence Studies (IFS), o objetivo é criar crescimento e desenvolvimento sustentável de acordo com três princípios fundamentais: a presença, a atividade e o conhecimento, sendo definidas sete prioridades políticas:

- Exercer autoridade no High North de uma forma credível, consistente e previsível;
- Estar na vanguarda dos esforços internacionais para desenvolver o conhecimento sobre a região;
- Ser o melhor administrador do meio ambiente e dos recursos naturais no High North;
- Proporcionar um enquadramento adequado para o desenvolvimento das atividades petrolíferas;
- Proteger os meios de vida, tradições e culturas de povos indígenas;
- Reforçar a cooperação com a Rússia.

A estratégia visa alcançar esses objetivos através de uma maior colaboração internacional sobre exploração de recursos, gestão ambiental e pesquisa. Um diálogo ativo com os vizinhos, parceiros e aliados, e em particular com a Rússia é o principal método.

Em março de 2009, foi atualizada a estratégia com o *New Building Blocks in the North: The next step in the Government's High North Strategy*¹¹, mas os principais objetivos e métodos políticos são os mesmos. A Noruega dá um passo em frente em relação a 2006, fornecendo uma ampla série de sugestões concretas de medidas a serem tomadas nos seguintes áreas prioritárias:

- Desenvolvimento do conhecimento sobre a mudança climática e meio ambiente;

- Fortalecimento da vigilância marítima, de preparação para emergências e segurança;
- Incentivar o desenvolvimento sustentável dos recursos petrolíferos e renováveis;
- Contribuir para o desenvolvimento económico;
- Desenvolvimento de infraestruturas;
- Continuar uma afirmação firme de soberania e reforçar a cooperação transfronteiriça;
- Proteger a cultura e modo de vida dos povos indígenas.

O novo documento fornece uma definição mais dinâmica do conceito High North do que a estratégia de 2006, a qual incluía principalmente a área do Mar de Barents. O novo documento enfatiza que, com mais colaboração internacional na região High North, ir-se-á tornar sinónimo de "Ártico circumpolar".

RÚSSIA

A estratégia de desenvolvimento da região russa do Ártico para o período até 2020 foi assinada pelo Presidente Putin, em fevereiro de 2013¹², e constitui a continuação e atualização da Estratégia Russa para o Ártico, de 2008.

Note-se que este documento não pode ser considerado como doutrina para o Ártico, pois abrange apenas a Zona do Ártico da Federação Russa (ZAFR) ao invés de toda a região do Ártico. Neste sentido, este documento é comparável com as estratégias canadiana e norueguesa para o desenvolvimento dos seus territórios árticos. De acordo com a University of the Arctic, o objetivo é implementar os interesses nacionais da Federação Russa na região do Ártico. A estratégia estabelece como prioridades da Rússia, o desenvolvimento socioeconómico da região, o desenvolvimento científico e tecnológico, a construção de modernas infraestruturas de informação e telecomunicações, a segurança ecológica, a cooperação internacional no Ártico e de segurança militar. A principal prioridade é criar um fundo de reserva de depósitos para

garantir a segurança energética e o desenvolvimento sustentável do setor de energia na perspetiva de longo prazo, bem como, a sustentabilidade nos períodos de declínio em áreas tradicionais de produção a partir de 2020.

A estratégia sublinha que o desenvolvimento sócio-económico complexo da região ártica da Rússia implica a melhoria do sistema de gestão e qualidade de vida dos povos indígenas, o desenvolvimento da base de recursos através da utilização de tecnologias avançadas, modernização e desenvolvimento de infraestruturas e do sistema de transportes do Ártico. Sugere ainda o desenvolvimento da passagem nordeste, tornando-a funcional durante todo o ano. Isso implica o desenvolvimento do sistema de infraestruturas integradas, incluindo comunicações fluviais e ferroviárias, rede de aeroportos e infraestruturas costeiras.

Do ponto de vista do desenvolvimento científico e tecnológico, a garantia de sustentabilidade energética significa a exploração da plataforma continental e o desenvolvimento dos seus recursos minerais. A implementação deste objetivo exige a criação de projetos integrados de estudo da plataforma continental e áreas costeiras. A estratégia sublinha a necessidade de reunir os recursos e capacidades do Estado, negócios, ciência e educação. A criação de projetos de pesquisa de longo prazo, incluindo projetos internacionais, focada nas principais dimensões do desenvolvimento do Ártico é sugerida como uma das principais prioridades.

A estratégia também incide sobre as questões da proteção do ambiente e do desenvolvimento de parcerias internacionais no Ártico. Um dos objetivos proclamados é preservar esta região como uma zona aberta à cooperação internacional.

A sua implementação inclui dois períodos distintos: o primeiro, até 2015, como fase preparatória e o segundo até 2020, sendo ambos controlados pelo governo da Federação Russa.

Semelhante ao documento de 2008, a estratégia para 2013 enfatiza a soberania nacional da Rússia

sobre o ZAFR e a passagem nordeste apelando à proteção dos interesses nacionais e do país nessa zona. No entanto, associada com essa postura bastante tradicional a nova estratégia tem uma impressionante lista de áreas prioritárias para a cooperação com os potenciais parceiros internacionais. Isto dá à sua estratégia de 2013 uma imagem internacional mais positiva do que o documento anterior.

SUÉCIA

O governo sueco adotou a estratégia sobre o Ártico, em maio de 2011, o *Sweden's strategy for the Arctic region*¹⁴. A Suécia considera-se um Estado Ártico com profundas ligações com a região. Estes laços são históricos, económicos e culturais, mas também dizem respeito à segurança nacional, ao meio ambiente e à pesquisa.

A sua política sobre o Ártico prioriza três áreas: clima e meio ambiente, desenvolvimento económico e da dimensão humana. Pretende desta forma promover a cooperação multilateral no Ártico e deseja que a região continue a ser uma área de baixa tensão política, promovendo o diálogo e a construção de medidas de confiança. Esta será exercida predominantemente através de instituições multilaterais, sobretudo o Conselho do Ártico, mas também da União Europeia, do Conselho Euro-Ártico do Mar de Barents, das Nações Unidas e das organizações internacionais para os povos indígenas. A Suécia quer promover o desenvolvimento sustentável, em toda a região do Ártico, nas áreas económicas, sociais e ambientais.

O desenvolvimento económico parece ser uma prioridade da sua política ártica dado o ênfase que preconiza para o comércio livre em toda a região do Ártico e os interesses económicos que estabelece em muitos campos, tais como, por exemplo, a mineração, petróleo, silvicultura, turismo e o transporte marítimo.

A Suécia trabalha para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, quer garantir que as

mudanças climáticas e seu impacto têm destaque nas negociações internacionais, promove a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e quer investir para se tornar um país líder na pesquisa científica sobre o clima e o meio ambiente, bem como, o impacto das alterações climáticas nos seres humanos.

Na estratégia incluem-se medidas para realçar a dimensão humana, tais como, a preservação do Sami e outras línguas indígenas, apoio à promoção de uma participação mais ativa dos jovens e mulheres nos processos políticos e utilização dos fóruns de cooperação nórdica e do Ártico para promover a transferência de conhecimentos científicos entre as comunidades indígenas e outras comunidades locais do Ártico.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Em maio de 2013 os EUA deram a conhecer a sua estratégia para o Ártico com o documento *National Strategy for the Arctic Region*¹⁶.

Segundo Mihaela David, do Arctic Institute-Center for Circumpolar Security Studies, a estratégia dos EUA identifica e prioriza três linhas de esforço: proteger os interesses nacionais e de segurança interna, promover a gestão responsável e promover a cooperação internacional. O documento de estratégia também detalha uma série de objetivos para apoiar cada uma dessas prioridades.

Assim, para proteger os interesses nacionais e de segurança interna, é intenção dos EUA:

- Melhorar a infraestrutura regional e capacidades estratégicas;
- Melhorar a *Arctic domain awareness*, incluindo a partilha de informação marítima;
- Preservar o uso livre do mar e a segurança da navegação;
- Desenvolvimento responsável da exploração dos recursos de petróleo e gás do Ártico para garantir a segurança energética.

Para promover uma gestão responsável da região do Ártico e proteger o frágil meio ambiente, os EUA pretendem:

- Avaliar e monitorizar os ecossistemas e os desafios ambientais;
- Adotar uma abordagem de gestão integrada do Ártico para a gestão dos recursos naturais;
- Aumentar os esforços nacionais e internacionais de pesquisa científica e do uso de conhecimentos tradicionais;
- Cartografar e mapear o oceano Ártico, vias fluviais e as zonas costeiras.

Finalmente, a administração procurará reforçar a cooperação internacional através da:

- Cooperação com outros Estados do Ártico com base em interesses comuns e valores partilhados;
- Utilização do Conselho do Ártico como um fórum para "defesa dos interesses dos Estados Unidos";
- Apoio à ratificação da Lei da Convenção do Mar (UNCLOS);
- Cooperação com outras partes interessadas, tais como os Estados não Árticos ou a Organização Marítima Internacional (IMO).

Para além das prioridades estratégicas mencionadas, o documento também define os princípios orientadores que servirão de base para a formulação das políticas para o Ártico na próxima década:

- Manutenção e sustentação da paz e a estabilidade na região;
- Decisões baseadas na melhor informação científica disponível e nos conhecimentos tradicionais;
- Procura de arranjos inovadores, incluindo parcerias público-privadas e parceiros multinacionais;
- Desenvolvimento de políticas, em estreita coordenação e consulta com os nativos do Alasca.

CONCLUSÃO

O Ártico tem sido notícia frequente nos últimos anos. A consciencialização que por efeito das

mudanças climáticas, existem possibilidades de exploração de novos recursos energéticos, de abrir novas rotas marítimas e de oportunidades de cooperação entre e/ou com os Estados árticos, estão entre os muitos possíveis impactos do aumento da temperatura do Oceano Ártico.

A região do Ártico, até ao início do nosso século era uma região estável e pacífica, sem conflitos armados ou a probabilidade de os haver, mas novos fatores fizeram com que o mundo começasse a olhar, de novo, para o Ártico mas numa perspetiva económica. Um dos fatores que mais contribuiu para esta nova situação foi o relatório de 2000 do USGS *World Petroleum Assessment*, amplamente divulgado e que estimava que cerca de 25% das reservas mundiais, não exploradas, de petróleo e gás se encontravam no Ártico¹⁷.

A procura por novos recursos energéticos ou novas oportunidades de negócios continua em crescendo. E a região ártica apresenta-se como uma zona onde poderão estar recursos consideráveis e ainda não explorados.

Pela CNUDM, ratificada por todos os países do conselho ártico, com exceção dos EUA, a exploração dos recursos, na ZEE, pelos Estados costeiros está de acordo com a lei internacional. E mais, dá-lhes a possibilidade de aumentar a sua zona de influência com a extensão da plataforma continental. E não haja dúvida que todos os países do Ártico aproveitarão esta oportunidade. Não podem deixar de passar em claro os potenciais recursos energéticos, a possibilidade de utilização de novas rotas marítimas e todas as oportunidades que daí advêm.

E como reflexo deste nova situação, todos os oito Estados do Ártico, apresentaram num curto período de tempo, desde 2008, a sua própria estratégia ou política de Estado para o Ártico, definindo as suas prioridades nacionais ou áreas prioritárias.

E a soberania e segurança nacional estão entre as principais prioridades mencionadas nas estratégias dos países pertencentes ao "Ártic 5" sendo mesmo considerados como objetivo primário, no caso do

Canadá e dos EUA. Os restantes países do Ártico, Finlândia, Islândia e Suécia, referem-se a este tema como uma segurança abrangente. Melhorar a área de segurança marítima e o serviço de busca e salvamento é um objetivo mencionado nas várias estratégias e consubstanciado, em maio de 2011, no *Agreement in Cooperation on Aeronautical and Maritime Search and Rescue in the Arctic*¹⁸. Desenvolvimento económico é comum a todas as estratégias. De um modo geral referem-se à exploração dos recursos naturais, tanto os renováveis como não renováveis, com particular atenção no petróleo e gás. Talvez para diminuir a carga negativa que esta exploração poderia ter em termos de opinião pública, especialmente a mais atenta à área ambiental, é referido que o desenvolvimento económico será sempre baseado em dados científicos sólidos ou à melhor informação científica disponível e depois de uma cuidadosa avaliação. E considera-se que os povos indígenas têm uma palavra a dizer, povos indígenas que são tema comum a todas as estratégias ou políticas. De um modo geral e de forma mais ou menos explícita todas as decisões a tomar, pelos governos, serão a favor ou tendo em conta a opinião dos nativos do Ártico. Mas diz-nos a realidade que tantos recursos e, a serem disputados por tantos países, também poderão ser fonte de tensão ou conflitos. Mas sendo as expectativas tão grandes e requerendo a exploração do Ártico enormes investimentos e a longo prazo, será de todo o interesse, para os países da região, que esta se mantenha estável. É certamente por isso que todas as estratégias, sem exceção, dão ênfase à cooperação internacional, global, multilateral, regional e bilateral. Referem a CNUDM como base para resolução de possíveis conflitos e o Conselho do Ártico como o principal fórum de discussão. Exemplo desta vontade é a Declaração de Ilulissat, de 2008, em que os cinco países do litoral se comprometeram à resolução pacífica de todas as reivindicações, especialmente através CNUDM.

Não deixa de ser curioso, que as alterações climáticas, que tantos problemas têm causado no mundo inteiro, sejam o principal fator para um possível boom económico e de prosperidade para os países do Ártico. Grande parte da atenção dada ao Ártico foi gerado por expectativas no que diz respeito em como os principais atores se poderão comportar face a oportunidades económicas extraordinárias. E sendo, possivelmente, a região tão rica e com tantos países a disputá-la, poderá transformar-se numa área potencialmente conflituosa ou de tensão. Mas as expectativas de "lucro" são tão grandes que parece ser interesse generalizado, manter a região estável e solucionar conflitos pela força das palavras utilizando a lei internacional. E é por isso que as estratégias nacionais para o Ártico, apesar de terem sempre a palavra soberania presente, pretendem uma governança pragmática, usando procedimentos multilaterais com respeito pelos interesses nacionais para além do reforço das estruturas multilaterais, para que consiga o acesso seguro aos recursos, bem como, apoio financeiro, científico e tecnológico para o desenvolvimento da região ártica.

NOTAS

¹ Consultar a página disponível em <http://www.northernstrategy.gc.ca/index-eng.asp>.

² Consultar *The Ilulissat Declaration*, Artic Ocean Conference, Ilulissat, Greenland, 27-29 May 2008. [online] Disponível em http://www.oceanlaw.org/downloads/arctic/Ilulissat_Declaration.pdf.

³ Consultar a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, *Diário da República*, n.º 238/97, Série I-A, 1.º Suplemento de 14 de outubro de 1997, Resolução da Assembleia da República n.º 60-B/97. [online] Disponível em http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/ISA/convencao_NU_direito_mar-PT.htm.

⁴ Documento assinado conjuntamente pelos governos da Dinamarca, Gronelândia e Ilhas Faroé, disponível para consulta em <http://um.dk/en/~/>

media/UM/English-site/Documents/Politics-and-diplomacy/Arktis_Rapport_UK_210x270_Final_Web.ashx.

⁵ Consultar Lene Espersen, Denmark Foreign Minister, *Ministry of Foreign Affairs of Denmark* [online], 22 Ago 2011, disponível em <http://um.dk/en/news/newsdisplaypage/?newsid=f721f2cb-aff1-4cf7-a3e7-14fda508690a>.

⁶ O Conselho do Ártico é um fórum intergovernamental de alto nível que aborda os problemas enfrentados pelos governos do Ártico e os povos indígenas. É constituído por oito países: Canadá, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Rússia, Suécia e Estados Unidos.

⁷ “Ártico 5” são um grupo de países litorais do Oceano Ártico: Rússia, EUA, Canadá, Dinamarca e Noruega.

⁸ Consultar Government Resolution on 23 August 2013, *Finland's Strategy for the Arctic Region 2013*, Prime Minister's Office Publications 16/2013. [online] Disponível em <http://vnk.fi/julkaisukansio/2013/j-14-arktinen15-arktiska16-arctic17-saame/PDF/en.pdf>.

⁹ Consultar *A Parliamentary Resolution on Iceland's Arctic Policy*, Approved by Althingi at the 139th legislative session, March 28, 2011. [online] Disponível em <http://www.mfa.is/media/nordurlandaskrifstofa/A-Parliamentary-Resolution-on-ICE-Arctic-Policy-approved-by-Althingi.pdf>

¹⁰ Consultar Norwegian Ministry of Foreign Affairs, *The Norwegian Government's High North Strategy*, Oslo, December 1, 2006. [online] Disponível em <http://www.regjeringen.no/upload/UD/Vedlegg/strategien.pdf>.

¹¹ Consultar Norwegian Ministry of Foreign Affairs, *New Building Blocks in the North: The next step in the Government's High North Strategy*, Oslo,

12 March, 2009. [online] Disponível em http://www.regjeringen.no/upload/UD/Vedlegg/Nordomr%C3%A5dene/new_building_blocks_in_the_north.pdf.

¹² Consultar “The development strategy of the Arctic zone of the Russian Federation”. *The International Expert Council on Cooperation in the Arctic* [online], 14 April 2013, disponível em <http://www.iecca.ru/en/legislation/strategies/item/99-the-development-strategy-of-the-arctic-zone-of-the-russian-federation>

¹³ Consultar “The Arctic Development Strategy 2020 was approved by the President Vladimir Putin”, *University of the Arctic* [online], February 26, 2013, disponível em <http://www.uarctic.org/SingleNews-Article.aspx?m=83&amid=14605>

¹⁴ Consultar a página *Government Offices of Sweden* [online]. Disponível em <http://www.government.se/content/1/c6/16/78/59/3baa039d.pdf>. Acedido em 17 março 2014.

¹⁵ Barents Euro-Arctic Council (BEAC), é um fórum para a cooperação ao nível intergovernamental e inter-regional na região do Mar de Barents.

¹⁶ Consultar The White House, *National Strategy for the Arctic Region*, Washington, May 10, 2013. [online] Disponível em http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/docs/nat_arctic_strategy.pdf.

¹⁷ Deve ter-se algum cuidado em relação a estas estimativas. O mesmo órgão viu no mar Cáspio um novo Kuwait, antes que as suas reservas se revelassem oito vezes inferiores ao que fora anunciado.

¹⁸ Consultar Arctic Portal Library, *Agreement on Cooperation on Aeronautical and Maritime Search and Rescue in the Arctic*. [online] Disponível em [http://library.arcticportal.org/1709/1/Arctic_SAR_Agree-](http://library.arcticportal.org/1709/1/Arctic_SAR_Agree-ment_EN_FINAL_for_signature_21-Apr2011.pdf)

[ment_EN_FINAL_for_signature_21-Apr2011.pdf](http://library.arcticportal.org/1709/1/Arctic_SAR_Agree-ment_EN_FINAL_for_signature_21-Apr2011.pdf), Consultado em 23 março de 2014.